

«AOS PÉS DE VOSSA ALTEZA, SERENÍSSIMO PRÍNCIPE»: D. TEODÓSIO DE BRAGANÇA (1634-1653) E AS DEDICATÓRIAS EM OBRAS IMPRESSAS

«At the Feet of Your Highness, Most Serene Prince»: Theodosius of Braganza (1634-1653) and Dedications in Printed Books

Francisco Pardal

Universidade de Lisboa. Portugal

francisco.pardal@edu.ulisboa.pt | <https://orcid.org/0000-0003-3535-571X>

Fecha de recepción: 29/05/2025

Fecha de aceptación: 28/10/2025

Acceso anticipado: 10/07/2026

Resumo: D. Teodósio, filho primogénito de D. João IV e de D. Luísa de Gusmão, foi o herdeiro do trono português, entre 1640 e 1653. Figura proeminente em meados do século XVII, a sua erudição atraiu diversos intelectuais. Um dos casos mais relevantes prende-se com a dedicatória de livros, conhecendo-se 14 obras publicadas. Os seus autores, destacados nomes da sociedade portuguesa, procuraram dignificar o seu trabalho, associando o nome do príncipe ao frontispício. Relacionaram também o herdeiro do trono a questões culturais e políticas, nomeadamente a continuidade da dinastia de Bragança.

Palavras-chave: Príncipe D. Teodósio; Casa de Bragança; dedicatória; livro; século XVII.

Abstract: Theodosius, the eldest son of John IV of Portugal and Louise of Guzmán, was the heir to the Portuguese throne between 1640 and 1653. A prominent figure in the mid-seventeenth century, his erudition attracted numerous intellectuals. One of the most notable examples is the dedication of books — fourteen published works are known. Their authors, distinguished members of Portuguese society, sought to honour their work by associating the prince's name with the title page. They also linked the heir to the throne with cultural and political matters, particularly with the continuity of the House of Bragança.

Keywords: Prince Theodosius; House of Bragança; dedication; book; seventeenth century.

Resumen: Teodosio, hijo primogénito de Juan IV de Portugal y de Luiza de Guzmán, fue el heredero al trono portugués entre 1640 y 1653. Personalidad prominente a mediados del siglo XVII, su erudición atrajo a numerosos intelectuales. Uno de los casos más relevantes se relaciona con la dedicatoria de libros —se conocen catorce obras publicadas—. Sus autores, destacados miembros de la sociedad portuguesa, procuraron dignificar su labor asociando el nombre del príncipe a la portada. También vincularon al heredero del trono con cuestiones culturales y políticas, en particular con la continuidad de la dinastía de Braganza.

Palabras-clave: Príncipe Teodosio; Casa de Braganza; dedicación; libro; siglo XVII.

Sumario: 1. Objetivos e estado da arte da dedicatória; 2. Resumo biográfico de D. Teodósio; 3. Obras dedicadas ao príncipe do Brasil; 4. Conclusão; 5. Fontes e bibliografia; 5.1. Fontes Manuscritas; 5.2. Fontes Impressas; 5.3. Referências bibliográficas.

1. OBJETIVOS E ESTADO DA ARTE DA DEDICATÓRIA

O presente estudo tem por objetivo analisar as dedicatórias de livros dirigidas a D. Teodósio, príncipe do Brasil, tendo por base as 14 obras impressas entre 1642 e 1652, isto é, em vida do herdeiro do trono. Ao longo da época moderna, a dedicatória teve um papel de relevância na estrutura do livro, na medida em que permitiu vislumbrar as afinidades sociais e culturais do autor, assim como os intercâmbios materiais e imateriais com o mecenas. Através deste tipo de texto, o autor projetava uma imagem de si mesmo e da sociedade, nele constando igualmente os motivos da sua publicação. Era, portanto, um lugar privilegiado, através do qual se procurava reconhecimento, um leque abrangente de leitores, ou até benefícios e mercês (Vivar, 2018, p. 115).

Desta forma, a figura a quem o livro era dirigido poderia ser encarada como o leitor ideal, através do qual se procurava cativar um determinado tipo de público, que, eventualmente, se identificaria com aquela individualidade. As dedicatórias podiam ser convencionais, curtas e praticamente desprovidas de um carácter literário. No entanto, ressalvem-se as que primavam pela elegância da escrita, quer em prosa, quer em poesia (Baranda Letúrio, 2017, p. 189). Relativamente ao estado da arte, tenha-se em conta que esta temática não conheceu particular atenção por parte da historiografia. Existem, no entanto, alguns estudos para as dedicatórias de livros no período moderno, sobretudo em Espanha, numa perspetiva literária.

Entre as referências bibliográficas que consideramos de maior relevância, aluda-se à análise de dedicatórias a Ana da Bretanha (1477-1514), rainha de França; Isabel I (1533-1603), rainha de Inglaterra; John Knox (1514-1572), ministro e teólogo escocês; ou aos bispos de Jaén. Alvo de estudo foram ainda as dedicatórias redigidas por autores como Miguel de Cervantes (1547-1616), Juan Pérez de Montalbán (1602-1638) ou Agustín Moreto (1618-1669) (Simón Díaz, 1994, pp. 173-184; Chartier,

1996, pp. 193-211; Martín Morán, 2001, pp. 257-271; Sánchez Marcos, 2007, pp. 17-34; Brown, 2011, pp. 29-54; White, 2012, pp. 9-10; Vivar, 2018, pp. 115-127; Almeida, 2020, pp. 45-62; Sanz Ayán, 2019, pp. 1967-1982).

2. RESUMO BIOGRÁFICO DE D. TEODÓSIO

Nascido em Vila Viçosa, em 8 de fevereiro de 1634, D. Teodósio foi o filho primogênito de D. João II, duque de Bragança, e de sua consorte, D. Luísa de Gusmão, filha dos duques de Medina Sidónia. Vindo ao mundo um ano após o enlace dos progenitores, recebeu o título de duque de Barcelos, criado em 1562, durante a menoridade de D. Sebastião, destinado aos herdeiros dos titulares brigantinos. O seu batismo ocorreu em 27 de fevereiro de 1634, na capela do paço ducal, tendo o sacramento sido ministrado pelo deão, António de Brito de Sousa (Sousa, 1740a, p. 263).

A infância de D. Teodósio decorreu em Vila Viçosa, com relativa tranquilidade. Reinava em Portugal D. Filipe III e, embora fosse um dos mais importantes aristocratas lusos e descendesse de uma pretendente ao trono em 1580, D. João não era politicamente ativo (Oliveira, 1990, p. 167). Em 1640, quando contava seis anos de idade, a vida do titular barcelense sofreu grandes alterações, quando um grupo de fidalgos descontentes procurou colocar no trono um monarca de sangue e tradições portuguesas. Foi planeado um golpe, através do qual o rei era deposto, entregando-se o trono ao duque de Bragança. A conjura, que surtira o efeito desejado, foi preparada com muita antecedência pelos fidalgos. Na manhã de 1 de dezembro, pelas nove horas, os conjurados reuniram-se no terreiro do paço, onde neutralizaram a ação da infantaria fiel ao monarca, conseguindo entrar no paço da Ribeira (Valladares, 1998).

D. Teodósio converteu-se, assim, herdeiro do trono português, tendo sido jurado como tal em cortes, em 28 de janeiro de 1641 (Braga e Braga, 2006, p. 251). Volvido um ano, em 1 de março de 1642, D. João IV concedeu-lhe o cargo honorífico de coronel da nobreza (Sousa, 1740b, p. 791). Em carta régia, de 27 de outubro de 1645, foi feito príncipe do Brasil e duque de Bragança, títulos que, doravante, ficaram associados aos primogénitos reais. D. Manuel da Cunha, bispo de Elvas, transmitiu a informação ao filho do *Restaurador*, comentando que, por «o Brasil [ser] outro Mundo descoberto, que lhe dava o parabem de o ver Principe de outro Mundo». (Meneses, 1679, I, pp. 627-628). Embora este título fosse apenas nominal, o de duque de Bragança contemplava a administração da casa e o usufruto dos seus rendimentos. A governação foi transmitida a D. Teodósio em 14 de julho de 1652, dez meses antes do seu falecimento (ANTT, Gavetas, Gav. 20, mç. 16, n.º 15, fol. não num.).

Por essa altura, o príncipe do Brasil já havia recebido casa própria, tendo em conta que transitou, em 6 de janeiro de 1649, para aposentos que se encontravam numa das alas do paço da Ribeira. O regimento que estipulava como se deveria

servir D. Teodósio foi redigido por Pedro Vieira da Silva. De uma forma geral, é possível considerar que os camaristas serviam o rei e o herdeiro, semanalmente e em alternância (ANTT, ML, 170, fols. 93-101; Cardim, 2002, pp. 21-23). Entre os gentis-homens da casa do filho do *Restaurador*, refira-se D. Henrique de Sousa Tavares, conde de Miranda do Corvo; D. Fernão Teles da Silva, futuro conde de Vilar Maior; D. Nuno de Mendonça, conde de Vale de Reis; D. Gregório de Castelo Branco, conde de Vila Nova de Portimão; D. Luís de Portugal, conde de Vimioso; D. João Nunes da Cunha, futuro conde de São Vicente; D. Tomás de Noronha, conde dos Arcos; e D. João Lobo da Silveira, conde de Oriola e barão de Alvito (Meneses, 1679, I, p. 697).

D. Teodósio, durante a adolescência, ao usufruir de uma esmerada educação para, mais tarde, cingir a coroa portuguesa, interessou-se particularmente por assuntos de natureza política e militar (Costa, Cunha, 2008, pp. 287-288). D. João IV associou o filho primogénito ao conselho de Estado antes de este completar 13 anos, ou seja, em data anterior a 8 de fevereiro de 1647. A participação do herdeiro do trono nas reuniões do referido órgão consultivo foi bastante empenhada, uma vez que preparava previamente os discursos que proferia, nos quais expunha as suas opiniões. Assim sucedeu em 1650, quando defendeu Roberto e Maurício do Palatinado, sobrinhos de Carlos I, recém decapitado monarca inglês. A frota que comandavam ancorou no estuário do Tejo, após tomar três navios da Comunidade de Inglaterra, reclamados pelo general Blake. O príncipe do Brasil não hesitou em defender a causa dos Stuarts, alicerçando o seu argumento na secular aliança anglo-lusa (Meneses, 1679, I, pp. 727-731).

Sobre o papel militar desempenhado por D. Teodósio, não deixe de se referir a sua deslocação a Elvas, em 1 de novembro de 1651. A viagem ocorreu, inicialmente, de forma sigilosa e contou com a desaprovação de D. João IV. O príncipe do Brasil permaneceu junto da fronteira com Castela durante quase dois meses, procurando acompanhar o estado das fortificações, os exercícios militares e a regularização dos pagamentos aos soldados (Domingues, 1747, pp. 136-147). Durante a sua curta estadia, instalou-se no paço episcopal e não passou por privações, uma vez que o pai lhe fez chegar, através de António Cavide, cama, roupa e armadura dignas (BA, 51-VI-15, fols. 35-71). O regresso do príncipe a Lisboa ocorreu em finais de dezembro, após troca de correspondência com o progenitor, que continuava a preferir a sua presença na Corte (Sousa, 1740b, IV, p. 793).

Em 25 de janeiro de 1652, D. João IV nomeou D. Teodósio governador geral das armas do reino, confiando-lhe as funções que ele mesmo havia desempenhado, a saber: nomeação de cabos, atribuição de patentes e correspondência com governadores de armas e órgãos como o conselho de Guerra, a junta dos Três Estados ou a contadoria geral (BNF, FP, 26, fol. 79). Conhece-se a troca epistolar entre o herdeiro do trono e D. Diogo de Lima e Brito Nogueira, visconde de Vila Nova da Cerveira, e D. Rodrigo de Meneses, governadores de armas do Minho e do Porto, respetivamente. A mesma pautou-se pela assiduidade e pela resolução de questões

administrativas e militares (Lisboa, BA, 51-VIII-39, fols. 17-176; 51-X-18, fols. 49-432v; 51-X-19, fols. 9-212; ANTT, MM, 3, fols. 222-326).

O príncipe do Brasil adoeceu em finais de setembro de 1652, com uma enfermidade de foro pulmonar, sendo a tosse um dos primeiros sintomas. No entanto, dada sua juventude e a boa saúde de que gozara até então, a questão parece ter sido relativizada pelos médicos, que optaram por esperar que os sintomas desaparecessem por si (Meneses, 1653, p. 13; Luís, 1680, p. 125). Uma vez que tal não se verificou, o primogénito real retirou-se durante algum tempo para a quinta da Palhavã, nos arredores de Lisboa, onde convalesceu até dezembro do referido ano. As melhorias e recaídas foram constantes ao longo dos meses seguintes, permitindo ao filho de D. João IV, até inícios de fevereiro de 1653, desempenhar as suas funções de governador geral de armas (Domingues, 1747, pp. 169-172).

A busca por ares mais salubres voltou a colocar-se em 21 de abril de 1653, quando os médicos aconselharam que D. Teodósio não permanecesse no paço da Ribeira. Elegeu-se, para o efeito, a quinta de Paulo de Carvalho, em Alcântara, por ser contígua à do rei. Foi no referido espaço que o herdeiro do trono permaneceu as últimas semanas de vida. Em 3 de maio, verificou-se mais um agravamento no seu estado de saúde, desta vez considerado irreversível, ao entrar em estado febril e expelir sangue pela boca, ao tossir. Os médicos esclareceram que a sua vida não duraria muito, tendo-se este preparado para morrer cristãmente, dado o desinteresse que demonstrava pelo que era terreno (Luís, 1680, p. 131).

Apesar das preces públicas que se realizaram pelo restabelecimento da sua saúde, D. Teodósio acabou por falecer, em 15 de maio de 1653, com apenas 19 anos. Após monumentais exéquias e um longo cortejo fúnebre, foi sepultado na igreja do mosteiro de Santa Maria de Belém (Andrade, 1653, pp. não num.). As manifestações de dó pelo extinto ocorreram um pouco por todo o reino, desde celebrações eucarísticas à redação de poemas e textos laudatórios, que, ao mesmo tempo, tinham contornos políticos vinculados. Tendo em conta o grande sentimento de perda, pelo desaparecimento do herdeiro do trono, vários sermões foram pregados em sua memória, em várias vilas e cidades portuguesas. O sermonário do príncipe encontrava-se povoado de elogios, retratando-o como uma figura afável, discreta, esclarecida, liberal, poderosa, prudente, sábia, santa e valerosa, características, muitas vezes, extremadas e de teor laudatório (Pardal, 2022, pp. 99-112).

3. OBRAS DEDICADAS AO PRÍNCIPE DO BRASIL

No Portugal do século XVII, D. Teodósio foi uma das figuras a quem se dedicou um vasto leque de publicações. Na centúria seguinte, Diogo Barbosa Machado identificou, além das que foram dadas à estampa, sete manuscritos igualmente alusivos ao príncipe do Brasil, embora se desconheça boa parte do conteúdo dos mesmos,

por terem permanecido inéditos e se desconhecer o seu paradeiro (Machado, 1741-1752, I-III). Houve casos em que, no entanto, o manuscrito sobreviveu, mas permanece inédito, a saber: *Ruínas de Portugal* (1637), de Simão da Fonseca Saraiva, dedicado ao então duque de Barcelos; ou *Prognóstico do Eclipse do Sol* (1652), de autor desconhecido. Conheceram publicação, no período contemporâneo, *Ortographia pratica de varias letras* (1648), do padre António Pessoa; e *Filis y Demofonte* (1652), de António da Fonseca Soares, conhecido pelo nome de frei António das Chagas (ANTT, Manuscritos da Livraria, n.º 1059, fols. 304-321; BACL, Manuscritos, Série Vermelha, cód. 657; Pessoa, 2023, pp. 105-135; Varolo, 2024, pp. 61-289).

Sobre as dedicatórias saídas dos prelos ao tempo do príncipe do Brasil, veja-se o seguinte quadro:

Quadro I. Obras dedicadas ao Príncipe D. Teodósio (1642-1652)

Autor	Título	Local	Oficina	Data
Diogo Ferreira de Figueiroa	<i>Theatro da mayor façanha, e gloria portugueza</i>	Lisboa	Domingos Lopes da Rosa	1642
Gabriel Pereira de Castro	<i>Ulysseia ou Nova Lisboa Edificada</i>	s.n.	s.l.	1642
João Moniz de Carvalho	<i>Dezengañs offerecidos al Catolico Principe D. Phellipe el IV</i>	Lisboa	Lourenço Anvers	1642
Manuel Jacome de Mesquita	<i>Relação do que socedee na cidade de Goa...</i>	Goa	Colégio de São Paulo de Goa	1642
Manuel da Rocha Freire	<i>Regra Militar</i>	Lisboa	Domingos Lopes da Rosa	1642
António Carvalho de Parada	<i>Justificaçam dos portugueses sobre a aççam de libertarem seu Reyno da obediencia de Castella</i>	Lisboa	Paulo Craesbeeck	1643
António de Sousa de Macedo	<i>Genealogia Regum Lusitanae</i>	Londres	Richard Hearn	1643
Frei Manuel Calado	<i>Valeroso Lucideno</i>	Lisboa	Paulo Craesbeeck	1648
Sebastião César de Meneses	<i>Summa Politica</i>	Lisboa	António Álvares	1649

Autor	Título	Local	Oficina	Data
Duarte Madeira Arrais	<i>Novae Philosophiae et Medicinae de Qualitatibus occultis a nemine unquam excultae</i>	Lisboa	Manuel Gomes de Carvalho	1650
Frei Jorge de Carvalho (trad.)	<i>Vida do Conde-Duque</i>	Lisboa	Manuel Gomes de Carvalho	1650
António de Sousa de Macedo	<i>Armonia Política dos Documentos Divinos com as conveniencias d' Estado</i>	Haia	Samuel Broun	1651
D. Francisco de Castro (imp.)	<i>Vida de D. João de Castro</i>	Lisboa	Oficina Craesbeeckiana	1651
D. Francisco de Portugal	<i>Divinos e Humanos Versos</i>	Lisboa	Oficina Craesbeeckiana	1652

Fonte: Machado, D. B. (1741-1752). Bibliotheca Lusitana, tomos I-III. Lisboa. Oficina de Inácio Rodrigues.

As primeiras publicações dedicadas ao herdeiro do trono surgiram em 1642, ou seja, dois anos após a aclamação de D. João IV como rei de Portugal. Com licenças de 6 e 7 de fevereiro do referido ano, e taxada em 18 de abril, o *Theatro da mayor façanha, e gloria portugueza* parece ter sido a primeira impressão dedicada ao primogénito real (Figueiroa, 1642). O seu autor, Diogo Ferreira de Figueiroa, era uma figura próxima da casa de Bragança. Nascido em Arruda dos Vinhos, em 1604, foi cantor na capela ducal de Vila Viçosa. Mudou-se com a família real para Lisboa, onde desempenhou as mesmas funções, tendo falecido em 1674. A obra ofertada é um poema alusivo à Restauração de 1640, glorificando a inauguração da dinastia brigantina, composto por seis cantos, com estrofes de oitavas decassilábicas. A dedicatória foi curta, circunscrevendo-se ao que habitualmente se pode encontrar num texto desta natureza, em que o autor se apresentava humilde, mas bem-intencionado, oferecendo o trabalho a uma figura relevante da sociedade (Machado, 1742, I, p. 158; Silva, 1859, II, p. 158; Augusto, 2009, pp. 191-209). Neste caso, aludiu-se ao serviço prestado à família Bragança, iniciado em Vila Viçosa e continuado em Lisboa:

A Fabrica deste Theatro (muito alto, & poderoso Principe) se pela architectura, humilde, teme os publicos de hu[m]a sensura rigorosa, altiva pela materia, sae confiada de aseguararse estimações, no asilo de tão augusta sombra como a de V[ossa] Alteza. Se co[n]tudo, por esta mesma a mi se me imputarem culpas de atrevido, co[n]fio não

desmerecerei credits de bem considerado, na boa eleição de edificála com tanto acerto. He esta serviço de hum criado desejoso, & que aspirando a significarse conhecido da crecida merce com que El Rey N[osso] Senhor honrou minha humildade admitindome entre os criados da Real casa de Braga[n]ça. Se como conheço, a oferta se reputar por limitada, nem assi deixará de ter hum preço muito subido, por ser desempenho de hum pouco poderoso, sendo vossa Alteza servido de autorisarme com porlhe os olhos, & dar ocasião, para que só por isto, esta se estime por muito grande. Deus guarde a Catholica pessoa de V[ossa] Alteza como este Reyno necessita para gloria sua, & firme columna da Christandade. Diogo Ferreira Figueiroa. (Figueiroa, 1642, p. não num.).

Em 8 de fevereiro de 1642, foram concedidas as licenças e emitida a taxa para a publicação de *Regra Militar*, redigida por Manuel da Rocha Freire. Natural de Barcelos, era licenciado em jurisprudência e instruído em questões militares. Autor de uma única obra publicada em vida, nela descreveu a aclamação de D. João IV na sua terra natal. A impressão fez-se à custa de Lourenço de Queirós, livreiro da casa de Bragança. Sobre esta figura, filho de Lourenço Fernandes e de Francisca Queirós, cabe referir que era irmão de Pedro Queirós, que se dedicou à mesma profissão na cidade de Coimbra. Residente em Montelavar, abandonou aquela localidade para, em Lisboa, aprender o ofício de livreiro. Nos primeiros anos do reinado de D. João IV deu à estampa, por iniciativa própria, vários relatos de episódios militares da Restauração, assim como obras apologéticas da causa portuguesa (Machado, 1752, III, p. 353; Fonseca, 2019, pp. 198-199).

Casado com Madalena Carreira, de quem teve descendência, Lourenço de Queirós destacou-se ainda como juiz do ofício de livreiros, membro da mesa da Irmandade de Santa Catarina e familiar do Santo Ofício (Fonseca, 2019, pp. 198-199). Na dedicatória de *Regra Militar*, o autor do texto aludiu ao facto de se encontrar ao serviço da causa brigantina, devendo este motivo pesar na apreciação de D. Teodósio. Este, benignamente, deveria destinar parte do seu mecenato à impressão deste tipo de obras. O príncipe do Brasil, considerado a esperança do reino, deveria seguir as pisadas da realeza lusa, empenhada em patrocinar a publicação de obras, tendo o livreiro dado o exemplo de D. João III (Freire, 1642, p. não num.).

Ao Sereníssimo Príncipe Dom Theodosio Nosso Senhor. Esta Regra Militar, & esta Relação, me enviarão dous criados de V[ossa] A[lteza] para as imprimir, das quais a Relação vinha já offerecida a V[ossa] A[lteza]. E assi me pareceo que cometia crime, em não buscar affectuosamente a mesma protecção; pois como Official tão antigo da Real Casa de Bragança, corre por conta de V[ossa] A[lteza] apadrinhar as obras que saírem por ordem minha. E não podia offerecerse com mais razão a Regra Militar a outro Príncipe, do que a V[ossa] A[lteza], que de seus tenros anos a vay aprendendo de hum dos mais generosos Heroes, q[ue] honrarão o Cetro Portuguez, & será felice pronóstico das q[ue] nos mais robustos annos nos dará V[ossa] A[lteza] fundamento de nossas esperanças, & firmeza de nossos desejos. [...] Melhor ventura se promete

agora no favor de V[ossa] A[lteza] em que com mais razão acha tam soberano Mecenas, aonde de mais perto se achão os Reys & Príncipes do que o Lyrico achava no seu, & cuja pessoa Deos nos guarde por felicíssimos Annos. Lisboa de Janeiro 6 de 1642. Humilde servo, & fiel vassallo, Lourenço de Queirós. (Freire, 1642, p. não num).

Quanto a João Moniz de Carvalho, sabe-se que nasceu em Viana da Foz do Lima. Licenciado em direito canónico pela Universidade de Coimbra, foi também abade de Reboredo, comissário do Santo Ofício e da Bula da Cruzada, vigário de Valença, presidente e desembargador da Relação Eclesiástica da arquidiocese de Braga (Machado, 1747, II, p. 705). O único texto que publicou é o que foi dedicado a D. Teodósio, intitulado *Dezengaños offerecidos al Catholico Principe D. Phellipe el IV*. Trata-se de uma dissertação do autor, através da qual o direito ao trono português pertencia à casa de Bragança, em detrimento da de Áustria. Relativamente ao príncipe, o autor considerou apropriado dedicar-lhe a obra, por lhe caber dar continuidade à restauração de Portugal a um monarca natural do reino. Reconheceu ainda que o filho de D. João IV era sábio, equiparando-o à figura bíblica de Salomão, apesar da tenra idade, pelo seu empenho nos estudos. Contudo, recomendou que privilegiasse o manejo das armas (Carvalho, 1642, p. não num.).

A Manuel Jacome de Mesquita, natural de Goa, conhece-se apenas uma obra, na qual narrou a aclamação de D. João IV na referida cidade, bem como nas demais do Oriente sob domínio português (Machado, 1752, III, pp. 287-288). A iniciativa de imprimir o relato partiu de D. João da Silva Telo e Meneses, conde de Aveiras e vice-rei da Índia, tendo o mesmo saído dos prelos da oficina do colégio jesuíta goês. Procurando evidenciar a lealdade daquela região à causa brigantina, o autor adotou o discurso habitual das dedicatórias, colocando-se aos pés do príncipe e fazendo votos para que fosse um monarca próspero e bem sucedido, «procurando co[m] tantas veras avassalar de presente & obrigar de futuro hum tão dilatado rico & glorioso império, tam numerosas, & apartadas Províncias, & nellas tanto milhares de leaes vassallos, com tanta glória como a coroa de Portugal recrece desta primeira conquista, & agora desta nova, & devida sugeição» (Mesquita, 1643, pp. não num.).

Gabriel Pereira de Castro, autor da *Ulysseia ou Lysboa edificada*, já havia falecido quando tiveram lugar as edições da sua obra, um poema épico, alusivo ao mito da fundação de Olissipo por Ulisses (Fonseca, 2014, pp. 187-200). Nascido em Braga, em 1571, formou-se em Direito Pontifício na Universidade de Coimbra, onde lecionou diversas cadeiras. Foi igualmente desembargador da Relação do Porto (1606), desembargador dos Agravos (1617), corregedor do crime da corte (1623). Foi ainda cavaleiro da Ordem de Cristo e procurador das ordens militares. Falecido em 1632, a primeira edição do poema surgiu em 1636 e a segunda em 1642, sendo respetivamente dedicadas a D. Filipe III e a D. Teodósio por Luís Pereira de Castro, irmão do autor. Este chegou inclusivamente a alterar as três últimas estrofes do décimo canto do poema, de modo a lisonjear o filho do *Restaurador* (Machado, 1747, II, pp. 317-320).

Edição de 1636

Aqui filho de Jupiter de Espanha,
Tendes hum mundo numa só Cidade,
A quem de prata, & douro o Tejo banha,
Em final de sua eterna magestade:
Para tamanho Rey cousa tamanha
Em seus ceyos guardou a eternidade,
Que para se igualar vossa grandeza,
Novos mundos vos busca a natureza.

Prole das mores aves as gravadas
Armas vesty, & o vosso esclarecido
Leão levem bandeiras despregadas,
Onde espante toda a Azia o seu bramido:
Ocupem todo o mar bosques de armadas,
Té rebentar Neptuno de opprimido
Preparem para as imagens de Phellipo
Lenços Appeles, mármores Lysippo.

O fim de vosso imperio he o Oceano,
E o Ceo, nos termos que prescreve ao dia,
Da segunda coluna do Thebano,
Atlante, pondo a vista em vos, se enfia:
Treme o Ingles, o Belga, o Otomano
E partindo com vosco a monarchia,
Lhe ficará no Olympo, onde se encerra,
A Jupiter o Ceo, a vos a terra

(Castro, 1636, p. 207).

Edição de 1642

Aqui famoso Alcides Lusitano,
Vireis hum mundo numa só Cidade,
A quem de prata e douro o Tejo ufano
Banha em sinal de eterna magestade:
A quem hum largo imperio soberano
Promete o fado na futura idade,
Que para se igualar vossa grandeza
Novos mundos vos busca a natureza.

Aqui prole daquelle grão Monarcha
Quarto João, vereis de hum alto espirito
(Cujo fio cortou a injusta Parca
Antes do tempo) este poema escrito,
Também de vós em quanto o sol abarca
Fizera dar à fama eterno grito
Seu culto verso, se a fortuna avara
Coa vida pensamentos não cortara.

Porem quando vestirdes as gravadas
Armas, e vosso nome esclarecido
Tremolando em bandeiras despregadas,
De hum Polo, a outro Polo for temido:
Quando, rompendo o mar bosques de armadas,
Trema antes vos Neptuno de opprimido
Outra Musa haverá que de vos cante
Altas empresas com que o mundo espante

(Castro, 1642, p. 207).

Em relação à dedicatória dirigida a D. Teodósio, Luís Pereira de Castro, a quem seria confiada a missão de negociar o casamento do herdeiro com Ana Maria Luísa de Orleães, aludiu ao facto de se tratar de uma obra do seu irmão, publicada a título póstumo. O diplomata não hesitou em considerar que, caso Gabriel Pereira de Castro ainda vivesse em 1642, certamente procuraria exaltar o filho de D. João IV, uma vez que, à data da sua morte, não existia no reino um príncipe português, aludindo ao facto de Portugal ter sido governado pelos Áustrias (Castro, 1642, p. não num.; Faria, 2008, p. 117). Considerando que o primogénito real ampararia o sucesso daquela reedição, este tomaria «novo espirito» com a sua proteção, dado o seu perfil intelectual e interesse por questões literárias. Aconselhou-o ainda a ter em igual conta a leitura e o manejo das armas:

A poesia he ornamento da virtude militar, bem pode V[ossa] A[lteza] gastar em qualquer dellas o tempo que lhe sobejar da outra, que segundo a excellente índole de V[ossa] A[lteza] nos promete, nem o gosto das artes e sciencia lhe ha de tirar a inclinação que tem às armas, nem por ellas ha de perder o amor dos livros, e com ambas estas occupaões assi igualará V[ossa] A[lteza] aos senhores Reys seus progenitores como tão bem será exemplo pera os futuros. (Castro, 1642, p. não num.).

António Carvalho de Parada deu à estampa, em 1643, a obra *Justificação dos portugueses sobre a aççã de libertarem seu Reyno da obediencia de Castella* (Parada, 1643). O referido texto, enquadrado no contexto de defesa e propaganda da causa restauracionista, centrou-se em questões de fundamentação para a instauração da dinastia de Bragança e, por outro lado, de apresentação dos aspetos nocivos da governação da Casa de Áustria em Portugal. No primeiro aspeto, os argumentos apresentados pelo autor foram os fundamentos de sucessão e eleição de D. João IV, suportados pelos seus direitos familiares, em virtude da sua avó, D. Catarina, ter sido candidata ao trono, em 1580 (Parada, 1643, pp. 3-30).

Partindo da premissa que, ao contrário de D. Filipe I, era a única candidata elegível para suceder ao cardeal D. Henrique, pesaram ainda a escolha dos vassalos e, sobretudo, a vontade divina. Juntem-se-lhe aspetos nocivos, associados ao domínio filipino, a saber: vexações sofridas por Portugal, por ter um monarca estrangeiro; tentativas de converter o reino numa província castelhana, levando à perda de autonomia; desmembramento de algumas possessões do império português, sobretudo perda de territórios para Inglaterra e para as Províncias Unidas, inimigos políticos dos Áustrias; tributos impostos aos portugueses, descritos como cruéis; governo de D. Filipe III, monarca deposto, confiado a terceiros, sobretudo o seu valido, conde-duque de Olivares (Parada, 1643, fols. 30v-90).

Em relação a António Carvalho de Parada (1595-1655), sabe-se que nasceu no Sardoal, tendo por progenitores António Carvalho e Margarida de Parada. Estudou na Universidade de Coimbra, onde se doutorou em Teologia. Figura próxima de D. Miguel de Castro, arcebispo de Lisboa, foi incumbido de representar o clero português na Corte de Madrid. Veio a desempenhar, em terras lusas, outros cargos de relevância, a saber: protonotário apostólico, arcepreste da Sé de Lisboa, visitador do bispado da Guarda e prior da igreja de Bucelas (Machado, 1741, I, p. 234). Entre as obras de que foi autor, destaque para *Arte de Reynar* (1644), de teor normativo, vocacionado para a arte política, reveladora de alguma mentalidade de tradição escolástica e com ligação à erudição do humanismo católico (Parada, 1644; Torgal, 1981, 2, p. 821). O tratado em questão valeu-lhe a nomeação régia para guarda-mor da Torre do Tombo (Machado, 1741, I, p. 234).

Relativamente a *Justificação dos portugueses sobre a aççã de libertarem seu Reyno da obediencia de Castella*, a mesma foi dedicada a D. Teodósio (Parada, 1643, pp. não num.). No referido texto, que antecedeu a obra, o autor aludiu ao facto de

monarquia portuguesa se encontrar, naquele momento, honrada com o reinado de D. João IV. Considerou que o rei *Restaurador* havia restabelecido a legítima ordem de sucessão ao trono, interrompida em 1580, alicerçando-se tal facto na sua escolha por parte dos vassallos. O primogénito real, esperando-se que desse continuidade à dinastia de Bragança, foi equiparado ao rei Salomão, monarca bíblico, arquétipo de sabedoria e de bom governo, a quem o poder havia sido transmitido por David, seu progenitor (Parada, 1643, pp. não num.). Foi este o motivo que pesou para que a publicação fosse dirigida, nas primeiras páginas, ao príncipe do Brasil:

Me pareceo q[ue] devia offerecer a V[ossa] A[lteza] como Princepe herdeiro desta Monarchia mais interessado em sua perpetuidade: porque se o Reyno de Salamão, figura do de Christo se teve por mais firme por lho deixar seu pai corroborado com tres titulos, o direito da sucessão & da eleição, que Deus delle fez & das armas com que o conquistou, que quando estas são justas, tambem dão justo titulo. (Parada, 1643, pp. não num.).

Em 1643, António de Sousa de Macedo (1606-1682) publicou *Genealogia Regum Lusitanae* (Macedo, 1643). O autor, figura relevante do século XVII, nasceu no Porto, embora com origens familiares em Amarante. Mudou-se muito jovem para Lisboa, onde estudou, no colégio de Santo Antão. Posteriormente, doutorou-se em direito civil, na Universidade de Coimbra, sendo nomeado desembargador de agravos. Após a Restauração de 1640, desempenhou funções diplomáticas, nomeadamente a de secretário da embaixada enviada a Carlos I de Inglaterra, encabeçada por D. Antão Vaz de Almada. Entre 1642 e 1646, desenvolveu intensa atividade literária e propagandística em Londres, defendendo a causa restauracionista (Silva, 2015, pp. 11-22).

António de Sousa de Macedo desempenhou novas funções no plano diplomático em 1650, substituindo Francisco de Sousa Coutinho como embaixador nas Províncias Unidas. Aí permaneceu por dois anos, destacando-se na negociação da recuperação de territórios brasileiros, como Pernambuco, perdidos durante o governo dos Áustrias. Foi politicamente ativo em Portugal durante o reinado de D. Afonso VI, tendo apoiado o conde de Castelo Melhor, valido do monarca, e sido nomeado secretário de estado (Faria, 2021, p. 71). Incompatibilizado com a rainha D. Maria Francisca Isabel de Saboia, foi temporariamente afastado da órbita política, sendo-o definitivamente com o início da regência de D. Pedro (Braga e Braga, 2012, p. 52). Casado com D. Mariana de Lemercier, com que logrou descendência, foi antepassado dos barões da Ilha Grande de Joanes e dos viscondes de Mesquitela (Zuquete, 1960, III, p. 638, 739-741).

Entre a vasta obra publicada por António de Sousa de Macedo, destaque para a que se debruçou sobre a genealogia dos monarcas portugueses, na qual se aludiu ao direito brigantino à coroa. *Genealogia Regum Lusitanae* saiu dos prelos de

Richard Hearn, em Londres, uma vez que o autor desempenhava funções diplomáticas na referida cidade (Faria, 2008, p. 125). Numa breve dedicatória, em latim, salientou-se a ascendência real do filho de D. João IV, cujas virtudes deveria procurar imitar, tornando-se um Aquiles cristão, no dizer do autor. Este mencionou ainda o serviço que prestava à coroa, motivo que o levou a redigir aquela genealogia (Macedo, 1643, p. não num.).

Outra figura próxima da casa de Bragança foi frei Manuel Calado (1584-1654), natural de Vila Viçosa. Filho de Diogo Calado e de Inês Martins, professou na Ordem de São Paulo, em 1607. Residiu no Brasil durante três décadas, tendo assistido à conquista dos territórios ocupados pelos holandeses. Foi também pregador apostólico, por declaração pontifícia. Em 1648, publicou um relato da restauração portuguesa de Pernambuco, intitulado *Valeroso Lucideno*. A segunda parte da obra, que se encontrava concluída, nunca foi editada (Calado, 1648; Machado, 1752, III, p. 211; Melo, 1954, pp. 27-86).

Tendo residido em Vila Viçosa durante a juventude, frei Manuel Calado testemunhou vários aspetos da religiosidade de D. Teodósio II (Pardal, 2018, p. 48). Ao dedicar a sua obra ao príncipe, procurou uma reaproximação à casa de Bragança. O oferecimento, redigido numa única estrofe, de 240 versos, referiu, entre outros aspetos, os ancestrais do herdeiro do trono e o propósito da referida obra (Calado 1648, pp. 2-5). No entanto, sublinhe-se o desejo manifestado pelo autor em servir o filho de D. João IV, ambos de origem calipolense, a quem pediu para favorecer a sua publicação:

Não faltarão Poetas, & Oradores
(Quando favoreçais este tratado)
Que com rosas, com lírios, & com flores
Desejem de fazervos laureado:
Tenho tosco o pincel, mortas as cores,
Mas pois o amor me tem sacrificado
A vos servir, & amar, negar não posso
A honra que tirei de escritor vosso.
Deume Villaviçosa o ser, & a vida,
A Casa de Bragança a cortesia,
O primor, honra, ensino, & a comida,
E a virtude, que alli se gera, & cria
(Calado, 1648, p. 3).

Sebastião César de Meneses (c.1600-1672), natural de Lisboa, era filho de Vasco Fernandes César e de D. Ana de Meneses. O progenitor foi provedor dos armazéns e das armadas, general da artilharia, alcaide-mor de Alenquer e comendador de São Pedro do Lomar e de São João do Rio Frio, na Ordem de Cristo. Por via materna, descendia de D. Manuel Pereira, 3.º conde da Feira. Estudou no Real Colégio de São

Paulo, em Coimbra, onde lecionou Jurisprudência Pontifícia, como catedrático. Foi inquisidor do Tribunal do Santo Ofício, em Coimbra e em Lisboa, deputado do conselho Geral, arcebispo da Sé de Braga, bispo eleito do Porto e de Coimbra, arcebispo eleito de Braga, embaixador em França e, por último, inquisidor-geral. Os seus últimos anos de vida decorreram no Porto, onde faleceu, tendo sido sepultado no convento dos carmelitas portuense (Machado, 1752, III, p. 682; Zuquete, 1960, II, pp. 584-586).

A *Summa Política*, tratado normativo destinado à educação do príncipe D. Teodósio foi, sem dúvida, o trabalho mais relevante de Sebastião César de Meneses. A primeira edição teve lugar em 1649, contra a vontade do próprio autor, sendo impressa na oficina de António Álvares. No ano seguinte, conheceu duas novas edições, em português e em latim, língua em que o autor redigira a obra. As mesmas saíram dos prelos de Simão Dias Soeiro, em Amesterdão (Machado, 1752, III, p. 682). Refira-se, de forma sucinta, a polémica de apropriação intelectual que envolveu esta obra, tendo em conta que diversas partes provêm de *Thesaurus politicorum aphorismorum* (1611), de Jean de Chokier. Escassos anos depois, este tratado foi traduzido para o castelhano por Lourenzo Ramizes de Prado, sob o título de *Consejo i consejero de principes* (1617). Foi a partir desta obra que Sebastião César de Meneses redigiu a *Summa Política*, destinada a nortear o príncipe herdeiro (Albuquerque, 1979, pp. 88-91).

A obra em questão é digna de referência, mediante a carta dirigida ao filho de D. João IV, a qual antecede o conteúdo do livro. Embora não se trate concretamente de uma dedicatória, o teor da missiva acaba por se assemelhar ao texto em questão. O bispo eleito de Coimbra referiu que não oferecia a obra ao primogénito real, pois esta tratava-se de uma restituição, esperando que este lesse e aplicasse os ensinamentos compilados: «Vossa Alteza a ampare como cousa sua, e no la ensine com a erudição que admiramos, pois para Príncipe perfeito se acham em Vossa Alteza todas as qualidades com que os mayores políticos o pretenderam formar» (Meneses, 1650, pp. 3-4).

Em 1650, foi publicado *Novae Philosophiae et Medicinae de Qualitatibus occultis a nemine unquam exultate*, de Duarte Madeira Arrais (c. 1594-1652). Nascido em Moimenta da Beira, estudou nas Universidades de Coimbra e de Salamanca, tendo-se licenciado em medicina. Foi médico de D. Filipe III, embora exercesse a sua profissão em Lisboa, levando a crer que se tratava apenas de uma distinção por parte do monarca. Após a Restauração, serviu D. João IV, na qualidade de físico-mor, até à sua morte (Machado, 1743, I, pp. 734). Relativamente à obra mencionada, um dos sete tratados científicos por si redigidos, cabe referir que foi dedicado a D. Teodósio. Expressando-se em latim, o médico não se poupou nos elogios que dirigiu ao primogénito real, considerando-o perfeito e repleto de amor, luz própria, poder e sabedoria (Arrais, 1650, fols. 1-8v).

Duarte Madeira Arrais aludiu igualmente à juventude do príncipe, que, contudo, não impediu que este alcançasse progressos em todas as áreas do conhecimento,

destacando a clareza e eloquência do seu discurso. Valendo-se de discurso humilde e de recursos estilísticos, o físico régio colocou-se aos pés de D. Teodósio, para que este tivesse em consideração o autor e a obra, aceitando-a, como sua oferta (Arrais, 1650, fols. 3-8v). Quanto a Virgílio Malvezzi (1595-1654), natural de Bolonha, era filho do governador de Siena, nomeado para o referido cargo por Cosme II, grão-duque da Toscana. Se o progenitor serviu a família Médicis, o filho foi fiel servidor dos Áustrias, tendo combatido na Flandres e atuado como conselheiro do cardeal-infante D. Fernando (García López, 2001, pp. 155-169).

Além de cronista de Filipe IV e de embaixador em Londres, foi protegido do conde-duque de Olivares, tendo-lhe dedicado *Ritratto del privado político castellano*, em 1636 (Gagliardi, 2014, pp. 53-62). Esta obra foi impressa em Portugal em 1650, sob o título de *Vida do Conde-Duque*, por iniciativa de frei Jorge Carvalho (Malvezzi, 1650). O eclesiástico, membro da Ordem Beneditina, doutor em Teologia pela Universidade de Coimbra e qualificador do Santo Ofício, dedicou a tradução da obra ao filho de D. João IV (Machado, 1743, I, pp. 801-802). O referido texto principiou de forma justificativa, tendo em conta que Virgílio Malvezzi foi considerado um engenhoso entendedor da razão de estado, ensinou política aos príncipes e, como tal, a sua obra merecia divulgação em Portugal (Carvalho, 1650, p. não num.).

Frei Jorge Carvalho não procurou elogiar o monarca em exercício nem o idioma castelhano, tendo antes achado por bem traduzir a obra em questão para a língua portuguesa, pela elegância da mesma. O monge beneditino considerou ainda que Filipe IV não reteve os ensinamentos do marquês de Malvezzi, pois, mesmo que tenha folheado a obra, não guardou na memória as razões de estado, com que deveria governar a monarquia. Nos seus antípodas encontrava-se D. Teodósio, a quem a *Vida do Conde-Duque* foi dedicada, por ser considerado simultaneamente erudito e jovem (Carvalho, 1650, pp. não num.). Além disso, o eclesiástico esperava que o príncipe do Brasil conservasse os ensinamentos do autor:

O Marquês quis co[m] este livro, advertir a El Rey Phelipe, a razoens de Estado, com que podia governar a sua Monarchia, & elle ou não as leo, ou não as guardou: sirvase V[ossa] Alteza de as guardar na memória, para que melhoradas, com o seu grande entendimento dê Deos a V[ossa] Alteza todo o Imperio da Christandade, & o senhorio dos enemigos da Fé. Creio que lerá V[ossa] Alteza este papel com gosto, porque há de achar nelle tocadas (no estilo lacónico, as sciencias que V[ossa] Alteza sabe, com tanta erudição, tão dilatadamente, a Mathematica, em que V[ossa] Alteza pasma, aos poucos annos, que tem de idade, com os muytos, que tem de sabedoria, achar a V[ossa] tocada em diversos lugares, quando falla das Estrellas. A Philosophia, que q[ue] o engenho de V[ossa] Alteza, transcende tanto os encarecimentos, que he a admiração dos mayores Philosophos (não por Príncipe, senão por sabio) encontrará. (Carvalho, 1650, p. não num.).

Em 1651, oito anos após publicar *Genealogia Regum Lusitanae*, António de Sousa de Macedo voltou a dirigir uma obra ao filho de D. João IV. Tratou-se de *Armonia Política*, um tratado para a educação de príncipes (Dzialak-Szubinska, 2023, pp. 21-37). O autor iniciou a dedicatória com as justificações para a redação do livro, especialmente o zelo de servir o príncipe do Brasil e a intenção de que este tivesse em conta as ações gloriosas dos seus antepassados. Mencionou ainda que D. Teodósio conheceu previamente o texto normativo, por lhe ter sido apresentada uma versão manuscrita, anterior à impressa. Procurou que este tivesse em conta os seus conselhos e ensinamentos, propondo que os mesmos chegassem aos leitores da obra (Macedo, 1651, p. não num). Além de ter reconhecido os dotes intelectuais e morais do primogénito real, o embaixador em Londres pretendeu, sob a capa da modéstia, que o herdeiro do trono tivesse em boa conta a sua obra, na qual considerou refletir-se a experiência da sua carreira diplomática ao serviço da causa brigantina:

Não escrevo só por liçam, ou só por experiência: mas juntamente pello que li e pello que experimentei; nas embaxadas que tive a meu cargo vi e pratiquei os negócios mais graves que em Europa se offereceram nestes onze annos depois da Restituição de sua Magestade a sua Coroa; annos mais notáveis que muitos séculos. Se com tudo (como reconheço) estes escritos não tem outro preço se não o do assumpto, a que a pena peor cortada não poderá deslustrar, ainda assim merecem que V[ossa] A[lteza] lhes ponha os olhos; e eu tivera por glória trabalhar toda minha vida, por lhe agradar hum só momento. A de V[ossa] A[lteza] Real guarde Deos, para bem da Religiam: augmento de Portugal: crédito de sua fama: que será inveja, e admiração a todos os Príncipes. (Macedo, 1651, p. não num.).

D. João de Castro, 4.º vice-rei da Índia, foi um dos mais destacados administradores coloniais do século XVI. Do seu casamento com D. Leonor Coutinho obteve larga descendência, nomeadamente D. Álvaro, 1.º senhor de Fonte Arcada. Este, por seu turno, foi progenitor de D. Francisco de Castro (1574-1653), inquisidor-geral, que patrocinou um relato biográfico do avô paterno (Vale, 1995, pp. 339-358; Braga e Braga, 2017, pp. 26-27). A redação coube a Jacinto Freire de Andrade, natural de Beja, bacharel em cânones, pela Universidade de Coimbra. Após uma breve estância em Madrid, foi provido na abadia de Nossa Senhora da Assunção de Sambade, no termo de Alfândega da Fé, transitando posteriormente para a de Santa Maria das Chãs, em Tavares (Machado, 1747, II, p. 463).

Tendo aderido à causa restauracionista, estreitou laços com a casa de Bragança, cujos direitos ao trono português havia defendido antes de 1640, valendo-lhe uma ordem de prisão, à qual logrou escapar. Após a morte de D. Teodósio, foi-lhe oferecido o cargo de mestre de D. Afonso, o qual declinou. Recusou igualmente o título de bispo de Viseu, oferecido por D. João IV (Machado, 1747, II, p. 463). Além da eloquência da sua escrita, o facto de ter defendido os direitos do monarca *Restaurador* deve ter pesado substancialmente na escolha de D. Francisco de Castro, atribuindo-lhe,

assim, a missão de redigir a biografia do seu avô paterno. Recorde-se que o inquisidor-geral se encontrou aprisionado, entre 1641 e 1643, acusado de ter integrado a conspiração encabeçada pelo marquês de Vila Real (Braga, 2017, pp. 209-236).

Junte-se-lhe o facto de o inquisidor-geral ter protagonizado um momento de tensão com o filho do *Restaurador*, que o esbofeteou (Baião, 1942, p. 45). Talvez o eclesiástico tenha procurado, através da dedicatória da obra, amenizar eventuais resquícios de incompatibilidade. Contudo, as palavras de oferta da *Vida de D. João de Castro, quarto viso-rey da Índia* saíram do punho de Jacinto Freire de Andrade, que explanou as motivações para a existência daquele relato biográfico. Em primeiro lugar, a persuasão por parte de D. Francisco de Castro, de quem partiu a iniciativa. Em segundo, a relevância do biografado, encarado como um dos principais heróis lusos no continente asiático. Por último, o estímulo do autor para que D. Teodósio amparasse a sua obra, digna de ser lida em todo o mundo, pelo seu conteúdo. Além disso, rematou com a ideia de que o primogénito real figuraria entre os príncipes portugueses de maior valor, por saber conciliar «a glória das armas» com «as dilícias do estudo» (Andrade, 1651, pp. 2-3).

À semelhança de *Ulysseia ou Lysboa edificada*, de Gabriel Pereira de Castro, também *Divinos e Humanos Versos*, de D. Francisco de Portugal (1585-1632), conheceu edição póstuma (Portugal, 1652a). O autor nasceu em 1585 e faleceu em 1632, Descendente de D. Lucas da Silva, alcaide e comendador de Fronteira, bem como senhor do prazo da Alvarinha, sucedeu-lhe nos referidos cargos. Foi ainda capitão-mor das naus do Estado da Índia, além de bem-sucedido a nível militar, destacando-se na defesa da Baía contra a invasão neerlandesa, em 1624. Esteve preso entre 1627 e 1628, por se ter recusado a embarcar para o Oriente, tendo, após ser libertado, professado no convento de São Francisco da Cidade, em Lisboa (Machado, 1747, II, pp. 230-232).

D. Francisco frequentou a Corte de D. Filipe II, na qual conviveu com diversos intelectuais, nomeadamente Francisco de Quevedo, Juan de Tassis y Peralta, Lope de Vega e Luis de Góngora y López (Sieber, 1998, pp. 95-116). A iniciativa de publicar a sua obra poética partiu do filho, D. Lucas, também ele uma figura influente do seu tempo, pois foi mestre de sala de D. Afonso VI e deputado da Junta dos Três Estados. Refira-se que figurou entre as testemunhas do testamento de D. Luísa de Gusmão, além de ter sido encarregado do cerimonial das exéquias da viúva de D. João IV (Machado, 1747, II, pp. 43-44). Dado a estreita relação com a família real, não admira que tenha dedicado *Divinos e Humanos Versos* ao príncipe D. Teodósio. Ao discurso esteve, mais uma vez, associada uma atitude humilde, na qual se procurou associar o primogénito real à compilação de poesia saída dos prelos, elevando, com a sua benignidade, o valor da obra. Foi igualmente mencionado o facto de a impressão ter ocorrido a título póstumo, lamentando D. Lucas que o progenitor não tivesse vivido o suficiente para conhecer o fim do governo dos Áustrias (Portugal, 1652b, p. não num.).

E nessa fé ponho eu já a seus pés Reaes este livro, que fiz esta[m]par, dos versos de meu pay Dom Francisco de Portugal; para que pois sua vida não pode participar das felicidades deste tempo, possa lograr sua memoria a singular honra, que V[ossa] A[lteza] lhe fará, passando os olhos por seus escritos. Certificome que havendo Deos feito a V[ossa] A[lteza] senhor de Portugal, não faltarão a V[ossa] A[lteza] notícias dos sojeitos desta nossa família; os quaes são mais Portugueses que os outros (& por isso mais de V[ossa] A[lteza]) pois lhes deu Portugal, não só o sangue, mas o appellido; & que entre os grandes home[n]s, que delle florecerão por armas, postos, letras, & cortesia, haverá V[ossa] A[lteza] entendido, não foi meu pay D. Francisco aquelle q[ue] o realçou menos. (Portugal, 1652b, p. não num.).

4. CONCLUSÃO

D. Teodósio faleceu em 1653, com apenas 19 anos de idade. Após essa data, surgiram ainda algumas publicações, com dedicatórias dirigidas ao príncipe, a título póstumo. Não obstante, as mesmas não mereceram análise no presente estudo, por não se enquadrarem no contexto das anteriormente dadas à estampa, uma vez que o príncipe já não vivia. Relativamente aos 14 textos publicados, entre 1642 e 1652, é possível retirar várias conclusões, principiando pela proximidade entre parte dos autores, ou os responsáveis pela impressão, e a figura a quem a obra foi dedicada. Esta atitude refletiu também a busca pelo reconhecimento do trabalho, isto é, a existência de um apelo ao reconhecimento por parte do herdeiro do trono português.

Está-se predominantemente perante figuras de relevância da sociedade portuguesa do século XVII, desde aristocratas a membros do alto clero. Os autores desempenharam importantes cargos cortesãos ou de órgãos administrativos e consultivos, nomeadamente corregedores, deputados, desembargadores, diplomatas, entre outros. Boa parte das dedicatórias refletiram a proximidade, por parte de quem as redigiu, ao príncipe do Brasil, que, não obstante, procuravam chamar à atenção do mesmo. Um dos aspetos salientados nas dedicatórias encontra-se relacionado com o perfil erudito do príncipe do Brasil, nomeadamente a importância da leitura.

D. Teodósio era uma dos vultos mais importantes do reino, pois era culto, sobretudo escritor e leitor regular. Desta forma, existia uma grande probabilidade o filho de D. João IV ter lido os livros que lhe foram dedicados. Junte-se igualmente as constantes referências à sabedoria principesca e ao facto de se considerar que o seu nome prestigiava as publicações que o mencionavam no frontispício. Os autores atrás mencionados empenharam-se em procurar cativar a atenção do primogénito real, de modo que este tivesse consideração pelos trabalhos dados à estampa e que lhe foram dirigidos. Foram várias as dedicatórias que referiram os hábitos de leitura de D. Teodósio, podendo esta questão relacionar-se com a figura do leitor ideal, bem como estabelecer o elo entre o livro seiscentista e um público alargado.

5. FONTES E BIBLIOGRAFIA

5.1. *Fontes Manuscritas*

Arquivo Nacional da Torre do Tombo (ANTT). Lisboa. Portugal.

Gavetas, Gaveta 20, maço 16, n.º 15.

Manuscritos da Livraria, n.º 170; 1059.

Miscelâneas Manuscritas, vol. 3.

Biblioteca da Academia das Ciências de Lisboa (BACL). Lisboa. Portugal.

Manuscritos, Série Vermelha, cód. 657.

Biblioteca da Ajuda (BA). Lisboa. Portugal.

51-VI-15; 51-VIII-39; 51-X-18; 51-X-19.

Bibliothèque Nationale de France (BNF). Paris. França.

Fonds Portugais, n.º 26

5.2. *Fontes Impressas*

Andrade, J. F. (1651). *Vida de D. João de Castro, quarto visó-rey da Índia*. Lisboa. Oficina Craesbeeckiana.

Andrade, L. (1653). *Breve relação do enterro que se fez em 17 de Mayo de 1653, ao Serenissimo Principe o S[enhor] D. Theodosio, desde os Paços de Alcântara, ao Real Convento de Belém, onde foi depositado*. Lisboa: António Álvares.

Arrais, D. M. (1650). *Novae philosophiae et medicinae de qualitatibus occultis a nemine unquam excultae*. Lisboa: Manuel Gomes de Carvalho.

Calado, M. (1648). *O Valeroso Lucideno e triumpho da liberdade*. Lisboa: Paulo Craesbeeck.

- Castro, G. P. (1636). *Ulysseia ou Lysboa Edificada: poema heroyco*. Lisboa: Lourenço Craesbeeck.
- Castro, G. P. (1642). *Ulysseia ou Lysboa Edificada: poema heroyco*. S.l.: S.n.
- Carvalho, J. M. (1642). *Dezengaños ofrecidos al Catholico Principe D. Phellipe el IV*. Lisboa: Lourenço Anvers.
- Carvalho, J. (1650). Ao Príncipe Dom Theodosio N[osso] Senhor. In V. Malvezzi, *Vida do Conde-Duque escrita pello marquez Virgilio Malvesi na língua italiana* (pp. não num). Lisboa: Manuel Gomes de Carvalho.
- Domingues, J. B. (1747). *Vida do Principe D. Theodosio, ofrecida a Santa Joana, Princeza de Portugal*. Lisboa: Oficina dos Herdeiros de António Pedroso Galram, 1747.
- Figueiroa, D. F. (1642). *Theatro da mayor façanha, e gloria portugueza*. Lisboa: Oficina de Domingos Lopes da Rosa.
- Freire, M. R. (1642). *Regra Militar ofrecida ao Serenissimo Principe Dom Theodosio nosso Senhor, com huuma relaçam do que fes a Villa de Barcelos, depois que foy aclamado Rey, & S[e]n[ho]r sua Magestade, até o primeiro de Janeiro 1642*. Lisboa: Oficina de Domingos Lopes da Rosa.
- Luís, M. (1680). *Theodosius Lusitanus perfecti vera effigies: rerum sub id tempus in Lusitania praeclarè gestarum nativis coloribus illuminata*. Évora: Oficina da Universidade de Évora.
- Macedo, A. S. (1643). *Genealogia Regum Lusitanae*. Londres: Richard Hearn.
- Macedo, A. S. (1651). *Armonia Politica dos documentos divinos com as conveniencias d' Estado: exemplar de principes no governo dos gloriosíssimos reys de Portugal: ao serenissimo principe Dom Theodosio*. Haga do Conde: Oficina de Samuel Broun.
- Machado, D. B. (1741-1752). *Bibliotheca Lusitana, Histórica, Crítica, e Chronológica. Na qual se compreende a notícia dos Authores Portuguezes, e das Obras, que compuzerão desde o tempo da promulgação da Ley da Graça até o tempo prezente*, tomos I-III. Lisboa: Oficinas de António Isidoro da Fonseca, Inácio Rodrigues e Francisco Luís Ameno.
- Malvezzi, V. (1650). *Vida do Conde-Duque escrita pello marquez Virgilio Malvesi na língua italiana*. Lisboa: Manuel Gomes de Carvalho.

- [Meneses, J. R. S.] (1653). *Elogio funeral do Principe D. Theodosio, N[osso] Senhor. Relação das exéquias e lutos com que sentio sua morte o Ex[celentíssi]mo João Ro[dri]g[ue]z de Sa Conde de Penaguião*. Londres: s. n.
- Meneses, L. (1679). *História do Portugal Restaurado*, tomo I. Lisboa: Oficina de João Galrão.
- Meneses, S. C. (1650). *Summa Politica: Offerecida ao Principe de Portugal D. Theodosio*. Amesterdão: Simão Dias Soeiro Lusitano.
- Mesquita, M. J. (1643). *Relação do que socedeu na cidade de Goa e em todas as mais cidades, & fortalezas do estado da Índia, na felice acclamação del Rey Do[m] João o III de Portugal; e no juramento do Príncipe Dom Theodosio*. Goa: Colégio de São Paulo.
- Parada, A. C. (1644). *Arte de reynar: ao potentíssimo Rey D. Joam IV Nosso S[e]n[h]or Restaurador da Liberdade Portuguesa*. Bucelas: Paulo Craesbeeck.
- Parada, A. C. (1643). *Justificaçam dos portugueses sobre a aççã de libertarem seu Reyno da obediencia de Castella*. Lisboa: Paulo Craesbeeck.
- Pessoa, A. (2023). Ortographia pratica de varias letras. In A. Claro et. al. (coord.). *Ortographia, Arithmetica e Sciencias: três tratados do Padre António Pessoa, SJ (c. 1648)* (pp. 105-135). Lisboa: Scribe.
- Portugal, F. (1652a). *Ao Príncipe D. Theodosio Nosso Senhor. Divinos, e Humanos Versos*. Lisboa: Oficina Craesbeeckiana.
- Portugal, L. (1652b). *Ao Príncipe Nosso Senhor*. In F. Portugal. *Ao Príncipe D. Theodosio Nosso Senhor. Divinos, e Humanos Versos* (pp. não num). Lisboa: Oficina Craesbeeckiana.
- Sousa, A. C. (1740a). *História Genealógica da Casa Real Portuguesa*, tomo VII. Lisboa: Régia Oficina Silvana.
- Sousa, A. C. (1740b). *Provas da História Genealógica da Casa Real Portuguesa*, tomo IV. Lisboa: Régia Oficina Silvana.

5.3. Referências bibliográficas

- Albuquerque, M. (1979). Para uma teoria do barroco em Portugal: a *Summa Política* de Sebastião César de Meneses, 1649-1650. *Revista de História*, 2, pp. 63-101.
- Almeida, P. (2020). Mulheres e cultura escrita em Portugal no século XVI: entre livros e dedicatórias. *Titivillus*, 6, pp. 45-62. https://doi.org/10.26754/ojs_titivillus/titivillus.20204585
- Augusto, S. (2009). A fábula de Europa: mito e alegoria nos Desmaios de Maio em sombras do Mondego. *Humanitas*, 61, pp. 191-209. https://doi.org/10.14195/2183-1718_61_11
- Baião, A. (1942). El-Rei D. João IV e a Inquisição. Em *Anais da Academia Portuguesa da História. Ciclo da Restauração*, vol. VI (pp. 1-70). Lisboa: Academia Portuguesa da História.
- Baranda Letúri, N. (2017). Por persona interpuesta: agencia cultural feminina en la temprada modernidade española. Em H. Gallego Franco, M. C. García Herrero (coords.), *Autoridad, poder e influencia. Mujeres que hacen Historia* (pp. 185-206). Barcelona: Icaria Editorial.
- Braga, I. D. (2017). A Inquisição Portuguesa no rescaldo da implantação da Dinastia de Bragança: continuidades, mudanças e adaptações. Em J. Martínez Millán, F. Labrador Arroyo, F. M. Valido-Viegas de Paula-Soares (dir.), *¿Decadencia o Reconfiguración? Las Monarquías de España y Portugal en el cambio del siglo (1640-1724)* (pp. 209-236). Madrid: Ediciones Polifemo.
- Braga, I. D., Braga, P. D. (2006). O juramento dos herdeiros do trono em Cortes (séculos XIV-XVII). Em *As Cortes e o Parlamento em Portugal. 750 Anos das Cortes de Leiria de 1254. Actas do Congresso Internacional* (pp. 245-259). Lisboa: Assembleia da República.
- Braga, I. D., Braga, P. D. (2012). *Duas rainhas em tempo de novos equilíbrios europeus: Maria Francisca Isabel de Saboia, Maria Sofia Isabel de Neuburg*. Lisboa: Círculo de Leitores.
- Braga, I. D., Braga, P. D. (2017). As Virtudes do Inquisidor Geral: os sermões de exéquias e a imagem dos dirigentes do Santo Ofício no século XVII. Em A. A. F. Assis, P. G. M. Muñiz, Y. de Matos (orgs.), *Um historiador pelos seus pares: trajetórias de Ronaldo Vainfas* (pp. 23-41). São Paulo: Alameda.

- Brown, C. J. (2011). Dédicaces à Anne de Bretagne: éloges d'une reine. *Études françaises*, 47, 3, pp. 29-54. <https://doi.org/10.7202/1006445ar>
- Cardim, P. (2002). A Casa Real e os órgãos centrais do governo no Portugal da segunda metade de seiscentos. *Tempo*, 13, pp. 13-57.
- Chartier, R. (1996). Poder y escritura: el Príncipe, la Biblioteca e la Dedicatoria (siglos XV-XVII). *Manuscripts*, 14, pp. 193-211. <https://raco.cat/index.php/Manuscripts/article/view/23284>.
- Costa, L. F., Cunha, M. S. (2008), *D. João IV*. Lisboa: Temas & Debates.
- Dzialak-Szubinska, A. (2023). *Armonia Política* (1651) de António de Sousa de Macedo – *speculum principum* ao serviço da dinastia de Bragança. *Iberomania*, 97, pp. 21-37.
- Faria, A. L. (2008). *Arquitectos da Paz. A Diplomacia Portuguesa de 1640 a 1815*. Lisboa: Tribuna da História.
- Faria, A. L. (2021). «Um pouco de bom modo e dissimulação»: O Conde de Castelo Melhor e a diplomacia portuguesa (da experiência governativa ao exílio). Em A. L. Faria, N. G. Monteiro (coords.), *Castelo Melhor e os Seus Tempos (1635-1720)* (pp. 67-102). Lisboa: Centro de História da Universidade de Lisboa. <http://hdl.handle.net/10451/57080>
- Fonseca, J. (2019). *Os livreiros de Lisboa nos séculos XVI e XVII: estratégias económicas, sociais e familiares*. Lisboa: Edições Colibri.
- Fonseca, R. C. (2014). Da queda de Tróia à fundação de Lisboa ou de como Gabriel Pereira de Castro espera «cantar de Ulisses, imitando a Homero». Em P. Morão, C. Pimentel (coord.). *Matrizes Clássicas da Literatura Portuguesa: uma (re) visão da literatura portuguesa das origens à contemporaneidade* (pp. 187-200). Lisboa: Campo de Comunicação. <http://hdl.handle.net/10451/23793>
- Gagliardi, D. (2014). Notas sobre la versión castellana de *Il retratto del privato politico cristiano* de Virgilio Malvezzi y su autor. *Revista Internacional d'Humanitats*, 30, pp. 53-62. <https://doi.org/10.5209/chmo.72546>
- García López, J. (2001). El estilo de una corte: apuntes sobre Virgilio Malvezzi y el laconismo hispánico. *Quaderns d'Italia*, 6, pp. 155-169. <https://raco.cat/index.php/QuadernsItalia/article/view/26245>

- Martín Morán, J. M. (2001). Paratextos en contextos. Las dedicatorias cervantinas y la nueva mentalidad autorial. Em A. V. Lecumberri (coord.), *Cervantes en Italia: Actas del X Coloquio Internacional de la Asociación de Cervantistas* (pp. 257-271). Roma: Asociación de Cervantistas.
- Melo, J. A. G. (1954). *Frei Manuel Calado do Salvador. Religioso da Ordem de São Paulo, Pregador Apostólico por Sua Santidade, Cronista da Restauração*. Recife: Universidade do Recife.
- Oliveira, A. (1990), *Poder e Oposição Política em Portugal no Período Filipino (1580-1640)*. Lisboa: Difusão Editorial.
- Pardal, F. (2018). *Uma devoção de grandes e pequenos: Nossa Senhora da Conceição de Vila Viçosa nos séculos XVII e XVIII*. Lisboa: Dissertação de Mestrado em História, Especialização em História Moderna e Contemporânea, apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa. <http://hdl.handle.net/10451/37300>
- Pardal, F. (2022). «Na morte de sábios Príncipes não perdem pouco os Reinos»: a parenética fúnebre por ocasião da morte de D. Teodósio (1634-1653), Príncipe do Brasil. *Erasmus. Revista de Historia Bajomedieval y Moderna*, 9, pp. 93-122. <https://doi.org/10.24197/erhbm.9.2022.93-122>
- Sánchez Marcos, F. (2007). Historiografía y dedicatorias en la Monarquía Hispánica del siglo XVI. *Pedralbes: Revista d'història moderna*, 27, pp. 17-34. <https://raco.cat/index.php/Pedralbes/article/view/122937>.
- Sanz Ayán, C. (2019). De custodios y valedores: dedicatorias y dedicatarios en las ediciones del teatro de Moreto en el siglo XVII. *RILCE. Revista de Filología Hispánica*, 35, pp. 967-982. <https://doi.org/10.15581/008.35.3.967-82>
- Sieber, H. (1998). Clientelismo y Mecenazgo: hacia una historia cultural literaria de la Corte de Felipe III. Em M. C. García de Enterría, A. Cordón Mesa (coord.), *Actas del IV Congreso Internacional de la Asociación Internacional Siglo de Oro*, vol. 1 (pp. 95-116). Alcalá de Henares: Editorial Universidad de Alcalá de Henares.
- Silva, F. I. (1859). *Diccionario Bibliographico Portuguez*, volume 2. Lisboa: Imprensa Nacional.
- Silva, P. J. B. (2015). *António de Sousa de Macedo: Diplomata, Conselheiro da Fazenda, Secretário de Estado*. Coimbra: Dissertação de Mestrado em História,

Especialização em História Moderna, apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra. <https://hdl.handle.net/10316/30132>

Simón Díaz, J. (1994). Algunos libros del siglo XVII dedicado a los obispos de Jaén. *Boletín del Instituto de Estudios Giennenses*, 153, pp. 173-184.

Torgal, L. R. (1981). *Ideologia Política e Teoria do Estado na Restauração*, vols. 1-2. Coimbra: Biblioteca Geral da Universidade de Coimbra.

Valladares, R. (1998). *La rebelión de Portugal, 1640-1680: guerra, conflicto y poderes en la Monarquía Hispánica*. Valladolid: Junta de Castilla y León - Consejería de Educación y Cultura.

Vale, T. L. M. (1995). D. Francisco de Castro (1574-1653) Reitor da Universidade de Coimbra, Bispo da Guarda e Inquisidor Geral. *Lusitania Sacra*, 7, pp. 339-358. <https://doi.org/10.34632/lusitaniasacra.1995.7675>

Varolo, F. R. S. (2024). «*Filis y Demofonte*»: transcrição semidiplomática de um poema inédito lírico/trágico de António da Fonseca Soares (1631-1682). Assis: Tese de Doutoramento em Letras, apresentada à Faculdade de Ciências e Letras. <https://hdl.handle.net/11449/261673>

Vivar, F. (2018). Continuidad y ruptura en la dedicatoria del Siglo de Oro: el «Para Todos» de Pérez de Montalbán. *Revista de Estudios Hispánicos*, 33, pp. 115-127. <https://revistas.upr.edu/index.php/reh/article/view/15210>

White, M. (2012). The Perils and Possibilities of the Early Modern Book Dedication: Anne Lock, Queen Elizabeth, and John Knox. *Parergon*, 29(2), pp. 9-27. <https://doi.org/10.1353/pgn.2012.0133>

Zuquete, A. M. (1960). *Nobreza de Portugal e do Brasil. Bibliografia, Biografia, Cronologia, Filatelia, Genealogia, Heráldica, História, Nobiliarquia, Numismática*, vols. I-III. Lisboa: Editorial Enciclopédia.

